



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Processo nº: **0007710-32.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Títulos de Crédito**  
 Requerente: **VILMA RODRIGUES DA SILVA MANÃS, CPF 225.535.878-64 - Advogado Dr. Mauricio Costa**  
 Requerido: **VIA VAREJO S/A - CASAS BAHIA, CNPJ 33.041.260/1227-82 - Preposta Srª Daniela Cristina Albertini Correia**

Aos 06 de fevereiro de 2018, às 15:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seus advogados. Presentes também a testemunha da autora, Srª Natália. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar o depoimento da testemunha presente, em termos em separado. Terminado o depoimento e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Procede a ação. Incontroverso nos autos, e afirmado em contestação (fl. 37), que a autora foi excluída da promoção pelo fato de que pagou parcela(s) do carnê com mais que 30 dias de antecedência. Segundo o afirmado em contestação, se há o pagamento de alguma parcela em atraso ou com antecedência superior a 30 dias, haveria a exclusão do benefício de isenção na última parcela. Num primeiro momento, observo que a exclusão do benefício frente ao pagamento adiantado já é de causar bastante perplexidade, porque o pagamento antecipado não traz prejuízo ao fornecedor. Num segundo momento, após efetuar a leitura do regulamento que a ré trouxe aos autos, fls. 114/115, não encontrei qualquer regra indicando que o pagamento com mais de 30 dias de antecedência implique a exclusão da vantagem prometida pela promoção. Com efeito, o Item 2.3 exige o pagamento tempestivo, o que de fato ocorreu pela autora: pagar antes do vencimento é pagar dentro do prazo. Já o Item 2.4 diz que o pagamento em atraso ou a renegociação do valor devido também importa em exclusão da promoção. Não é o caso dos autos. Por fim, o Item 2.5 afasta o benefício da isenção da última parcela apenas para a hipótese de “liquidação antecipada em sua totalidade”, o que é muito diferente de pagamento adiantado de uma ou algumas parcelas. Mas não é só. Num terceiro momento, admitindo a premissa (não comprovada) de que a regra de exclusão em caso de pagamento com mais de 30 dias de antecedência de fato existe, não há dúvida nos autos de que a autora não foi informada a respeito (art. 6º, III, CDC). O regulamento de fls. 114/115 não está assinado e a testemunha hoje ouvida declarou que os anúncios que constavam da loja no dia da compra apenas mencionavam como condição o pagamento em dia, nada dizendo sobre a necessidade de não se pagar adiantado. Os fundamentos acima bastam para se concluir que a autora tem o direito de isenção da última parcela do creditário, em cumprimento à promoção prometida pela ré. Como consequência disso a última parcela é inexigível e a ré responde por eventuais danos suportados pela autora. Tais danos poderiam até não existir quando da propositura da ação, vez que até então a autora não havia sido negativada, havendo apenas uma promessa de negativação (fl. 14). Todavia, indubitavelmente que no curso da ação, aliás em descumprimento ao sentido da liminar (fls. 22/23), a negativação se tornou pública (fl. 168), acarretando inequívoco dano moral à autora, ainda mais porque o ato restritivo se manifestou após ela ter questionado no Procon e em juízo a existência da dívida, a após ser beneficiada com liminar que justamente lhe garantia*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*o direito contra o "status" de negativada até o final julgamento. A indenização postulada, de R\$ 5.000,00, é plenamente razoável, vez que houve negativação indevida com o agravante de o ato se realizar após decisão provisória favorável à demandante. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação para (a) confirmada a liminar de fls. 22/23, determinar a exclusão definitiva do nome da autora dos órgãos restritivos (b) declarar que a autora nada deve à ré relativamente ao contrato em discussão nos autos (c) condenar a ré a pagar à autora R\$ 5.000,00 com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a presente data, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação. **Oficie-se imediatamente aos órgãos restritivos para o levantamento da restrição comprovada à fl. 168.** Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. **REGISTRE-SE**". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Requerente:

Adv. Requerente: Mauricio Costa

Requerido - preposta:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA